

ANALISE DO IMPACTO TURISTICO DO PLANO DE MANEJO NO PARQUE ESTADUAL ALBERTO LOEFREGN: E SEU POTENCIAL TURISTICO

Gabriel de Lima Firmino
UNESP – Universidade Estadual Paulista
gabriel_limaunesp@yahoo.com.br
Sérgio Domingos de Oliveira
UNESP – Universidade Estadual Paulista
sedo@rosana.unesp.br
Rafael Alexandre Dornelas Torrente
UNESP – Universidade Estadual Paulista
rafaeltorrente@yahoo.com.br

EIXO 2- Planejamento e Gestão do Ecoturismo em Unidades de Conservação

Resumo

Este artigo abordará como temática principal os possíveis impactos no potencial turístico do Parque Estadual Alberto Löfregn, localizado na zona norte da cidade de São Paulo, através da realização de uma análise comparativa entre o uso público e o plano de manejo atualmente instituído. O uso público do parque, além de outras funções, pode ser considerado como uma forma de ecoturismo, já que trata-se de uma Unidade de Conservação, apesar de estar situado em meio a uma região metropolitana. Utilizando-se dos relevantes recursos e atrativos naturais contidos no parque, são realizadas atividades de características sustentáveis e sociais, como a educação ambiental voltada para as escolas e os visitantes do parque. Destaca-se que a educação ambiental é uma das ações previstas para a realização do ecoturismo, que tem como base o turismo desenvolvido dentro de parâmetros de responsabilidade. Porém o parque em questão não tem o seu plano de manejo definido sendo que o mesmo está em elaboração, mas depende de maiores estudos técnicos para o término de sua elaboração. Deste modo, faz-se necessário a reavaliação da estrutura de uso público do Parque visando adequar as necessidades dos visitantes à infra-estrutura turística do local.

Palavras-chave: Ecoturismo; potencialidade; plano de manejo.

Introdução

Em 1886 foi criado o Horto Botânico de São Paulo, por Albert Löfgren, na região da Serra da Cantareira, com campos de experimentos voltados ao estudo das espécies florestais sendo que hoje é um importante espaço de lazer e cultura; o Parque Estadual Albert Löefgren, na Zona Norte da cidade de São Paulo, ocupa área de 174 alqueires mais conhecido como Horto Florestal ; onde se encontra hoje a sede do Instituto Florestal.

Segundo o decreto Estadual nº. 52.370, de 26 de janeiro de 1970 determinou que o Instituto Florestal deve “intervir no setor florestal, detendo o domínio das florestas de preservação permanente”. Dessa maneira toda e qualquer alteração da mata por entidades públicas(seja ela Federal, Estadual ou Municipal) ou particulares que se fizer necessária, só é efetuada com a autorização do Instituto Florestal (IF, 1974 p.02)

Em 1967 foram elaborados estudos para a Grande São Paulo no sentido de serem preservadas as áreas verdes, as quais seriam usadas para recreação. A reserva da Cantareira foi também enfocada, tendo na ocasião sido recomendado que ela seria melhor utilizada como área protegida oferecendo oportunidade de recreação passiva. Complementaria assim, as facilidades para recreação ativa a serem criadas nas áreas verdes então disponíveis(IF 1970, p.02).

O uso público no Parque Estadual da Serra da Cantareira é algo que já é pensado desde a década de 70, bem como a preocupação dos possíveis impactos que podem ser gerados dessa reserva, o parque a ser analisado é o Albert Löfrgen (Horto Florestal) está ao lado da reserva da Cantareira sendo que este parque fica situado no extremo da zona norte da cidade de São Paulo.

Objetivos

O principal objetivo desta pesquisa é levantar informações e realizar uma reflexão sobre os possíveis impactos que podem ser gerados pelo plano de manejo que esta sendo elaborado no Parque Estadual Alberto Löfrgen, e como tais impactos podem afetar nos serviços prestados dentro das dependências do parque, o que pode vir a ocasionar um perca no seu potencial com um atrativo turístico.

Metodologia

Para a realização do trabalho serão realizadas pesquisas bibliográficas, que auxiliarão no processo de elaboração e reflexão do projeto proposto, assim como pesquisas de campo para obter um melhor reconhecimento das dependências do Parque Estadual Alberto Löfrgen que é voltado pra o uso público.

Para a execução do trabalho serão utilizados microcomputadores, impressora, câmara fotográfica digital, entre outros materiais de informática. A rede mundial de computadores – Internet – também será utilizada para a obtenção e transmissão de informações durante as pesquisas de gabinete.

Todos os dados obtidos serão utilizados para uma melhor reflexão, execução e avaliação sobre os impactos negativos ou não que podem ser gerados pelo plano de manejo. Para tanto, a obtenção e estudo do plano de manejo do Parque Estadual da Serra Cantareira e outros estudo como o Planejamento e Reestruturação do Parque Estadual da Capital (atualmente o Parque Estadual Alberto Löfrgen) .

Discussão Bibliográfica

O Turismo é hoje uma importante área de interesse acadêmico, governamental, industrial e político. Embora a afirmação de que ele é a maior área de atividade econômica do mundo seja uma verdade, muitas vezes citada, o Turismo é importante não só por seu tamanho em termos de pessoas que viajam número de empregados ou às divisas que leva até o destino, mas devido ao enorme impacto que exerce na vida das pessoas e nos locais em que elas unem e devido à forma pela qual ele é significativamente influenciado pelo mundo que o rodeia (HALL, 2001). Outros autores seguem a mesma linha de pensamento ao afirmarem que:

Em nossa época, o turismo é resultado de processos sociais e culturais não inteiramente quantificáveis, e que são imprescindíveis para sua compreensão e para implementar ações que permitam obter dele os melhores rendimentos globais, sejam eles financeiros ou não. (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p. 12).

Segundo a Embratur, ecoturismo é “a atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. (KINKER apud Embratur/Ibama 1994 p.21)

A questão ambiental tem um caráter eminentemente social: está sendo gerada e é atravessada por um conjunto de processos sociais, pesando também os aspectos políticos que a prepassam. (NEIMAN, 2002, p.18)

No mundo contemporâneo prevalece o *modus operandi* mais convencional, onde os atores (tradicionais) têm que ser pensados como integrantes do processo de interdependências, sem preservar os seus elementos principais de ida. Nas lógicas tradicionais, a conservação de recursos é considerada um entrave ao desenvolvimento. A nova racionalidade ambiental é afetada pelo papel que os atores sociais exercem nesse processo, sendo desafiador dar alternativas não convencionais, pensando no manejo dos recursos naturais entre sua preservação ou degradação. (NEIMAN, 2002 p.19)

Para Fennell (2002), o ecoturismo é compreendido como uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza, principalmente, a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, sendo não-predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.

O ecoturismo é um segmento relativamente novo do turismo de natureza. O que o diferencia dos outros é que ele abrange em sua conceituação a experiência educacional

interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais, a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável. Diferentemente do turismo de caça e pesca, usam-se os recursos naturais de forma indireta, isto é, não se retira nada do ambiente, que é apenas apreciado. (KINKER, 2002 p.10).

Todas essas afirmações sobre ecoturismo fazem remeter, que o ecoturismo mais do que qualquer outra forma de turismo na natureza, depende da qualidade do ambiente visitado sendo realizado geralmente em áreas de proteção ambiental que viabilizam o contato do indivíduo com a natureza, logo é mais um motivo pelo qual a atividade deve ser controlada e seus potenciais impactos negativos devem ser minimizados pelo manejo, sendo assim o ecoturismo passa a ser uma atividade que tem que ser sustentável em todos os sentidos.

Segundo Kinker (2002 apud IUCN/Pnuma/WWF 1991 p.17) quando uma atividade é classificada como sustentável essa afirmação é tem como base a análise do seu desenvolvimento em um determinado momento, ou seja, não há uma garantia de sustentabilidade a longo prazo, isso devido ao grande numero de fatores e atores externos que podem interferem no planejamento sustentável do objeto em questão.

Já que o ecoturismo é um fenômeno baseado em princípios de sustentabilidade e depende de uma política seja ela publica ou política pura e simplesmente e de um planejamento Kinker (2002) afirma que:

O desenvolvimento sustentável do turismo não é um estado fixo de harmonia. É um processo de mudanças em que às alterações na utilização dos recursos, a gestão dos investimentos e a orientação do desenvolvimento em nível institucional são coerentes com as necessidades futuras e presentes e dependem de uma política ambiental e turística adequada (kinker apud MICT/Embratur/OMT 1993 p.18).

Uma das principais bases para alcançar a sustentabilidade dessa forma de turismo na natureza, é o plano de manejo da área natural, que pode ser uma unidade de conservação, onde será realizada a visitação, além do próprio planejamento das empresas e/ou dos órgãos públicos com relação à atividade turística, já que todo o planejamento externo para visitação é baseado no plano de manejo da unidade de conservação, com base no artigo 28 do SNUC, que define que:

São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu plano de manejo e seus regulamentos. (CÂNDIDO 2003 apud SNUC p.87)

Segundo kinker as Unidades de conservação são áreas naturais ou seminaturais em regime especial de administração, instituídas legalmente pelo Poder Público, com base em estudos prévios que demonstram as razões técnico - científicas e socioeconômicas que justificam a sua criação.(KINKER,2002 p. 34)

As unidades de conservação fazem parte do Snuc (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e dentro do Snuc Cap.II Art.4º inciso XII fica estabelecido que as unidades de conservação devem “ favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo”. (CÂNDIDO, 2003 apud SNUC p.35).

Segundo Kinker toda unidade de conservação deve ter seu plano de manejo elaborado no prazo máximo de cinco anos após a data de sua criação e esse plano deve ser atualizado também a cada cinco anos, visto que a natureza e seus processos, a pressão antropica sobre as áreas, todos esses não são fenômenos estatísticos. (KINKER, 2002)

O manejo é o conjunto das ações que lidam com operações do dia-a-dia, necessárias para alcançar os objetivos de um plano. Manejo de uma área protegida significa lidar adequadamente com todos os recursos existentes nela, biofísicos ou humanos. Para tanto, é necessário que se tenha conhecimento dos processos ecológicos e também das atividades humanas que ocorrem nessas áreas, e em seu entorno, e que interferem com esses ecossistemas (kinker apud Ceballos-Lascuráin 1996 p.39).

Idéia essa reforçada pelo Capítulo I, segundo artigo do SNUC, parágrafo II que define que:

Manejo: todo o qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica dos ecossistemas. (CÂNDIDO 2003 apud SNUC p.12).

Todavia para obter garantir os objetivos estipulados pelo SNUC, as ações de manejo envolvem estratégias variadas e devem abordar uma postura voltada à real integração do visitante aos objetos de manejo de cada área, levando-se em consideração a acessibilidade, a integração com o ambiente natural e a possibilidade de vivenciar plenamente o ambiente visitado. Trata-se de implementar alternativas para influenciar o comportamento do visitante de maneira positiva. (KINKER apud BARROS; DINES, 2000 p. 67).

Para um plano de manejo adequado é necessário acompanhar as mudanças e atualizar o direcionamento das ações para sua administração bem como para uma melhor abordagem em algumas das diretrizes que foram adotadas, em gestões anteriores bem como verificar as condições do da própria unidade de conservação e avaliar se a há necessidade de alguma alteração devido a algum impacto gerado pelo uso publica.

Segundo o SNUC o Capítulo I, artigo II, parágrafo XVII o plano de manejo é:

Documento técnico mediante qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas

que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (CÂNDIDO, 2003 apud SNUC p.73)

Porém segundo Kinker no Brasil, entretanto, ainda não há essa relação, pois tanto as áreas protegidas federais como boas partes das estaduais não possuem recursos humanos capacitados para o seu gerenciamento, nem infra-estrutura adequada, e muitas vezes não tem sequer o plano de manejo elaborado, impossibilitando assim que programas específicos, como é o uso público, possam ser desenvolvidos de maneira adequada, comprometendo os objetivos conservacionistas que tem no turista um aliado em potencial. (KINKER, 2000 p.56).

Algumas diretrizes que são tomadas no Parque Estadual Alberto Löfgrén são baseadas no plano de manejo do, já que o Horto florestal (Parque Estadual Alberto Löfgrén) é muito próximo ao Parque Estadual da Serra da Cantareira, na visão do autor o Horto Florestal e outras áreas da Serra da Cantareira funcionam muitas vezes como uma zona de uso extensivo para amenizar os impactos no Parque Estadual da Serra da Cantareira, no plano de manejo do Parque Estadual da Serra Cantareira ficou definido que "... as oportunidades de recreativas para o público visitante, abrangem tanto o Parque Estadual da Capital como a Reserva da Cantareira..." (Instituto Florestal, 1974 p. 12); assim como também ficou definido que:

Esta zona inclui o atual Parque Estadual da Capital, a pedra grande e áreas com potencialidade de desenvolverem características que sirvam de atração para o público. Elas ocorrem dentro da área de Uso Extensivo. (Instituto Florestal, 1974 p. 25-26)

O SNUC ainda permite que os parques realizem a sua gestão de forma integrada e forma conjunta devido ao capítulo II, artigo 26 que define:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferente ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto devida ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (CÂNDIDO, 2003 apud SNUC p.87).

Mas no documento de Planejamento e Reestruturação do Parque Estadual da Capital da década de 90, demonstram uma "independência" do Parque Estadual Alberto Löfgrén e uma preocupação voltada para o uso público do mesmo, sendo as atividades encaradas não como atividades de turísticas, mas sim como uso recreativo que também está inserido em um contexto turístico, na área do uso pública, em uma forma de um subprograma inclusive citando construções dentro da unidade tais como:

- a1 Implementação de sanitários e lanchonetes
- a4.Sinalização(indicativa, direcional e restritiva)
- a5 incremento de equipamento de lazer e playground
- a6 Construção do teatro de arena

Para executar os objetivos do manejo programado para a reserva com o fito de prover o uso publico efetivo, em programa para a administração das áreas, devera ser preparado. Três pontos principais dessa programação serão: Conservação, Proteção, assistência aos visitantes. (Instituto Florestal, 1974 p.56)

Conclusão

O parque em questão não possui um plano de manejo próprio, cujo está sendo elaborado; devido a isso como será que o “novo” plano de manejo que pode ou não afetar a atratividade do parque através dos estudos, métodos que serão selecionados e utilizados na elaboração deste plano.

Os possíveis resultados da elaboração do plano de manejo do Parque Estadual Alberto Löfrgen, pode refletir na visitação turística que aproveita dos seus potenciais naturais e serviços turísticos realizados dentro do parque, que pode ser afetada, cria-se uma ambigüidade; por uma via o plano de manejo será um modelo de desenvolvimento sustentável com inúmeros benefícios para o parque, porém pode prejudicar a atratividade turística e o seu uso público resultando em uma possível queda de visitação ao mesmo.

Presumivelmente a implementação do plano de manejo será feita através de propostas que adotem parâmetros e indicadores de responsabilidade para o desenvolvimento sustentável tanto do parque como as do uso público, ou seja, reforçando a teoria de um turismo desenvolvido com critérios de sustentabilidade e responsabilidade.

Assim finalizando este trabalho que tem como proposta uma melhor reflexão de quais as possíveis conseqüências do plano de manejo e a sua relação com o uso público da área natural; e como pode haver uma intervenção de um sobre o outro; bem como os profissionais que estão envolvidos na elaboração do plano podem intervir de acordo com os seus focos de pensamento, sendo assim analisando qual a importância e o impacto de um turismólogo na elaboração de um plano de manejo de um parque.

Bibliografia

FENNEL, David. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sergio. **Planejamento integral do turismo**. Bauru: Edusc, 2001.

ZYSMAN, Neiman. **Reflexos da modernidade IN meio ambiente educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Barueri: Papirus, 2002.

CÂNDIDO, Lucia Aparecida. **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do sul: Edusc, 2003.

INSTITUTO FLORESTAL. **Planejamento e Reestruturação do Parque Estadual da Capital**. São Paulo, 1990

INSTITUTO FLORESTAL. **Plano de manejo do Parque Estadual da Cantareira**. São Paulo, 1974